Chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808

A Família Real no Brasil

- Napoleão invade Portugal e força a vinda da corte portuguesa ao Brasil
- a Corte portuguesa chega ao Brasil em 1808 (instala-se no Rio de Janeiro)
- A Abertura dos Portos as nações amigas: Inglaterra
- Realizações de D.João: criação do Banco do Brasil, Jardim Botânico, Teatro Real, Imprensa Régia, Escola Médica

O processo de Independência do Brasil

- portugueses exigem a volta da família real
- D.Pedro fica no Brasil como príncipe regente
- Portugal quer recolonizar o Brasil
- Dia do Fico (9 de janeiro de 1822)

Independência do Brasil (1822)

-com o apoio da elite, D.Pedro declara o Brasil independente(7 DE SETEMBRO DE 1822)
- Poucas mudanças após a Independência: permanece a escravidão / monarquia / povo não participou
- apoio da Inglaterra

Transferência da corte portuguesa para o Brasil (1808-1821)

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Ir para: navegação, pesquisa

O artigo A vinda da Família Real para o Brasil deverá ser fundido neste artigo.
Se não concorda, discuta sobre esta fusão na página de discussão deste artigo.

Embarque do príncipe regente Dom João e toda família real para o Brasil no cais de Belém.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil teve início com o embarque da família real e parte da corte do Reino de Portugal em 29 de Novembro de 1807 no Porto de Lisboa.

Com a transferência da família real e da corte, a capital do reino foi estabelecida no Rio de Janeiro, na então maior e mais importante colônia portuguesa, o Brasil.

Antecedentes

O plano de transferência da família real para o Brasil, refúgio seguro para a soberania portuguesa quando a resistência militar a um invasor fosse inútil na metrópole, fora já por duas vezes sugerido em tempos mais recuados: ante o avanço dos tercios do duque de Alba, o prior do Crato terá sido aconselhado a buscar um reduto além-Atlântico[1]; na conjuntura aberta pela Restauração da independência (1640), quando a França abandonou Portugal no Congresso de Münster (1648), o padre António Vieira apontou ideia semelhante a dom João IV, associando-a ao vaticínio da fundação do Quinto Império. Mais tarde, sem ameaça militar iminente, o diplomata dom Luís da Cunha defendeu a ideia de se transferir para o Brasil a sede da monarquia portuguesa [2].

Perante a ameaça militar, além de sugerida, a ideia teve inícios de concretização quando a Espanha invadiu Portugal como consequência do "Pacto de Família", chegando o marquês de Pombal a mandar aprontar uma esquadra que transportaria o rei D. José I e a sua corte. Havia alguns exemplos estrangeiros

a considerar: Vauban aconselhara o refúgio americano ao futuro Filipe V; e, Pombal, ao ordenar a preparação da Esquadra de D. José I, apoiava-se no precedente da Imperatriz Maria Teresa de Áustria se ter disposto a descer o Danúbio, se a sua Corte em Viena viesse a correr perigo.

No novo contexto internacional criado pelo Império de Napoleão Bonaparte, a ideia da retirada para o Brasil voltou à tona, sendo defendida pelo marquês de Alorna em 30 de Maio de 1801[3] e, em 16 de Agosto de 1803, por dom Rodrigo de Sousa Coutinho[4].

A ideia de uma transferência para o Brasil, tendo surgido sobretudo em contextos de ameaça iminente à soberania portuguesa, como um meio de reforço de segurança, foi também apresentada como uma via necessária ao cumprimento de um projecto messiânico, como em António Vieira, ou como um meio para redefinir as relações de forças no "equilíbrio europeu" pós-Vestfália, como em dom Luís da Cunha, marquês de Alorna e dom Rodrigo de Sousa Coutinho.A conjuntura de 1807

Antes das campanhas do Rossilhão e da Catalunha, a Espanha abandonara a aliança com Portugal, fazendo causa comum com o inimigo da véspera – a França de Napoleão. Resultou daí a invasão de 1801, em que a Inglaterra de nada serviu a Portugal.

Enquanto o Corpo de Observação da Gironda penetra em Portugal debaixo do pretexto da protecção, o Tratado de Fontainebleau entretanto assinado entre a França e a Espanha, retraçava Portugal em três principados. O plano de Napoleão era o de aprisionar a Família Real portuguesa, sucedendo a D. João VI o que vem a suceder a Fernando VII e a Carlos IV de Espanha em Baiona - forçar uma abdicação. Teria Portugal um Bonaparte no trono e, paralelamente, a Inglaterra apossar-se-ia das colônias portuguesas, sobretudo o Brasil.

Os acontecimentos

Após os Tratados secretos de Tilsit de Julho de 1807, os representantes da França e de Espanha em Lisboa entregaram ao príncipe regente de Portugal, dom João, em 12 de Agosto, os "pedidos" de Napoleão: Portugal teria que se juntar no bloqueio continental que a França decretara contra a Inglaterra; fechar os seus portos à navegação britânica; declarar a guerra aos ingleses; sequestrar os seus bens em Portugal, e prender todos os ingleses residentes. D. João era intimado a dar uma resposta até ao dia 1 de Setembro.

No Conselho de Estado em Portugal, reunido no dia 18 de Agosto, sem se conhecer ainda a manobra de Napoleão, vence a posição do ministro António de Araújo e Azevedo: Portugal unia-se à causa do bloqueio continental, fechando-se os portos aos navios ingleses. A única objecção aos "pedidos" de Napoleão era a de se não aceitar o sequestro de bens e de pessoas de nacionalidade inglesa, por não serem conciliáveis com os princípios cristãos. O ministro Araújo mandou escrever as cartas e expediu-as. Essa era a posição tomada por Lisboa, mas deixando vencida uma minoria liderada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que defendera que se fizesse guerra contra a França e Espanha, e que se aprontasse 70 mil homens e que se mobilizassem 40 milhões de cruzados para a custear. Na mesma reunião, Coutinho formula de novo (preconizara-a já em 1803) a idéia de uma retirada estratégica: se Portugal não tiver sorte nas armas, então "passasse a família Real para o Brasil". [6]

A idéia estava uma vez mais lançada, mas estava claro que os membros do Conselho de Estado se encontravam divididos em dois partidos – o chamado "partido francês" e o chamado "partido inglês". O "partido inglês", liderado por Rodrigo de Sousa Coutinho, contando também com personalidades como a de D. João de Almeida, preconizava a continuação dos pactos internacionais com o Reino Unido, insistindo na necessidade de encarar com firmeza a ideia de guerra. O "partido francês", liderado por António de Araújo e Azevedo, defendia a aceitação das condições francesas e, embora dissesse que buscava a neutralidade, inclinava-se para o lado da França.

Sucedem-se as reuniões. Em 30 de Agosto, na reunião do Conselho de Estado, vinga a ideia de se enviar para o Brasil apenas o príncipe da Beira (príncipe D. Pedro, herdeiro do trono) e as Infantas. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho continua a defender a ideia de que Portugal devia fazer primeiro guerra à França e que a saída de toda a Família Real só se deveria realizar perante a dificuldade militar. Começaram imediatamente os preparativos para a saída do príncipe da Beira e das infantas, mandando-se

aprontar uma Esquadra de quatro naus. As restantes naus da Armada portuguesa ficariam em defesa do Porto de Lisboa.

Nas flutuações constantes do período que se segue, as movimentações do general Lannes, embaixador francês em Lisboa, frutificam na queda de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, de dom João de Almeida, e na demissão de Pina Manique. Vencia o "partido francês", com António de Araújo e Azevedo a substituir os ministros demitidos, e a triunfar a "política de neutralidade" favorável à França de Napoleão.

Em meados de Outubro, a reunião do Conselho de Estado fez-se já sem a presença de dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Antes de receber qualquer resposta, Napoleão dera já ordem de marcha através da Espanha a um exército de cerca de 30 mil homens sob o comando de Junot. Não se sabe ainda se as tropas se dirigem para Portugal, avaliando-se as posições das potências. Napoleão Bonaparte mostrava-se cauteloso, modificando a cláusula em que pedia o sequestro dos bens e pessoas de nacionalidade britânica; Manuel de Godoy, dizia que se a Espanha tivesse a intenção de tomar Portugal, tê-lo-ia feito em 1801, mas "que nem se lembrasse(m) do retiro para o Brasil"; o rei do Reino Unido exortava à transferência para o Brasil da família real e oferecia a sua Esquadra. A posição britânica vinha apoiada num extenso documento em que se dizia que ficara resolvido pelas outras potências "a extinção da Monarchia Europêa Portuguesa, e portanto o único recurso era ir conservar a sua Monarchia no Brasil". [7]

Em fins de Outubro, realizam-se novas reuniões do Conselho de Estado, defendendo dom João de Almeida a saída de toda a família real e não apenas do príncipe da Beira e das infantas. Mantêm-se todas as ordens dadas para que continuassem os preparativos da Esquadra. Depois se veria quem iria sair para o Brasil.

No dia 22, é publicado o edital tornando público o decreto do príncipe regente mandando fechar os portos portugueses aos navios de guerra e mercantes da Grã Bretanha. Três dias depois, o príncipe regente, D. João, dá parte aos seus ministros dos preparativos da viagem o príncipe da Beira, mas que pode ser de toda a família real se as circunstâncias o impuserem, e decide escrever para Espanha e França.

A decisão de transferir a corte para o Brasil, porém, ficara já resolvida na convenção secreta subscrita em Londres, em 22 de Outubro de 1807, e que vem a ser ratificada em Lisboa no dia 8 de Novembro. Pela mesma altura, chegava a Lisboa a notícia da prisão em Espanha do príncipe herdeiro do trono (príncipe das Astúrias), e de que tropas espanholas e francesas se estavam a dirigir para a fronteira portuguesa.

Confirmavam-se os propósitos de Napoleão em relação a Portugal e a Espanha; tinham fundamento as advertências do rei da Grã-Bretanha e as do chamado "partido inglês" no Conselho de Estado. Não havia alternativa à retirada de toda a Família Real e do Governo do Reino para o Rio de Janeiro.

Nas últimas decisões tomadas pelo Príncipe Regente parece haver a intenção de manter-se um certo equilíbrio entre os partidos em conflito. O "partido francês" vê satisfeitos os "pedidos" de Napoleão, fechando-se os portos aos navios de guerra e mercantes ingleses, e dando-se ordem de expulsão aos ingleses residentes em Portugal, enquanto o "partido inglês" obtém a continuação dos preparativos da Esquadra para a saída do Príncipe da Beira.

O ministro António de Araújo e Azevedo ainda mandou desviar para as costas portuguesas os poucos efectivos militares de que Portugal dispunha, alegando que poderíamos ser surpreendidos por um desembarque britânico. Era um último esforço para favorecer a entrada das tropas comandadas por Junot.

O príncipe D. João só no dia 23 de Novembro recebeu a notícia de terem entrado tropas francesas em território português. Convocou imediatamente o Conselho de Estado, que decide embarcar quanto antes toda a família real e o Governo, servindo-se da Esquadra que estava pronta para o príncipe da Beira e as infantas.

Nos três dias seguintes ainda se aprontaram outros navios, que viriam a transportar para o Brasil cerca de quinze mil pessoas. Em 26, foi nomeada uma Junta Governativa do Reino para ficar em Portugal, e difundidas Instruções aos Governadores, nas quais se dizia que "quanto possível for", deviam procurar conservar em paz o Reino, recebendo bem as tropas do Imperador.

Junot, no seu Diário, manuscrito da Biblioteca da Ajuda, revela quanto os franceses receavam aquele embarque. Ao ser informado que este estava já em execução, e não podendo voar sobre o Ribatejo até Lisboa com as suas tropas, ainda enviou Hermann a Lisboa com a missão de o atrasar ou impedir. "Mr. Hermann ne put voir ni le Prince ni Mr. D. Araujo; celui-ci seulement lui dit que tout était perdu" (O Sr. Hermann não pôde ver nem o Príncipe nem o sr. D. Araujo; este apenas lhe disse que tudo estava perdido), escrevia depois Junot a Bonaparte. Para Araújo, para o "partido francês", o mais importante estava na verdade perdido - não era mais possível aos franceses aprisionarem o príncipe regente de Portugal.

A esquadra portuguesa

A esquadra portuguesa que saiu do porto de Lisboa, em 29 de Novembro de 1807, ia comandada pelo vice-almirante Manuel da Cunha Souto Maior.

Integravam-na as seguintes embarcações [8]:

Naus

- Príncipe Real - Comandante, Capitão de Mar e Guerra, Francisco José do Canto Castro e Mascarenhas.
- D. João de Castro - Cmdte, Cap. de M. e G., D. Manuel João Loccio.
- Afonso de Albuquerque - Cmdte, Cap. de M. e G., Inácio da Costa Quintela
- Rainha de Portugal - Cmdte, Cap. de M. e G., Francisco Manuel Souto-Maior.
- Medusa - Cmdte, Cap. de M. e G., Henrique da Fonseca de Sousa Prego.
- Príncipe do Brasil - Cmdte, Cap. de M. e G., Francisco de Borja Salema Garção.
- Conde D. Henrique - Cmdte, Cap. de M. e G., José Maria de Almeida.
- Martins de Freitas - Cmdte, Cap. de M. e G., D. Manuel de Menezes.

Fragatas

- Minerva - Cmdte, Cap. de M. e G., Rodrigo José Ferreira Lobo.
- Golfinho - Cmdte, Cap. de Fragata, Luís da Cunha Moreira,
- Urânia - Cmdte, Cap. de Frag., D. João Manuel.

Brigues

- Lebre -Cmdte, Cap. de M. e G., Daniel Tompsom.
- Voador - Cmdte, Cap. de Frag., Maximiliano de Sousa.
- Vingança - Cmdte, Cap. de Frag., Diogo Nicolau Keating.

Escunas

- Furão - Cmdte, Capitão Tenente, Joaquim Martins.
- Curiosa - Cmdte, Primeiro Tenente, Isidoro Francisco Guimarães.

Toda a família real embarcou no dia 27, tomando-se a bordo as últimas decisões. No dia 28, não foi possível levantar ferros porque o vento soprava do Sul. Entretanto, as tropas francesas tinham já passado os campos de Santarém, pernoitando no Cartaxo. No dia 29 o vento começou a soprar de Nordeste, e bem cedo o príncipe regente ordenou a partida. O almirante inglês reforçou a Esquadra portuguesa com quatro naus.

[editar] Consequências

Ao evitar-se que a Família Real portuguesa fosse aprisionada em Lisboa pelas tropas francesas, inviabilizou-se o projecto de Napoleão para a Península Ibérica, que consistia em estabelecer nela

famílias reais da sua própria família, como ainda se tentou em Espanha com a deposição de Fernando VII e Carlos IV, colocando no trono José Bonaparte. A revelação da correspondência secreta de Junot e de Napoleão, bem como os textos dos Tratados secretos de Tilsit, não deixam margem para quaisquer dúvidas a este respeito.

O “partido francês” em Portugal, não se dando por derrotado, começou imediatamente a difundir a ideia de que a retirada estratégica da Corte para o Brasil mais não era do que uma “fuga”, que teria deixado Portugal sem Rei e sem Lei. Motivo pelo qual foi enviada uma sua delegação ao encontro de Junot para que Napoleão Bonaparte lhes desse uma Constituição e um Rei.

Após a derrota de Napoleão, a transferência da Corte para o Brasil veio também a ter como consequência a Revolução de 1820 em Portugal, que exigiu o retorno da Família Real portuguesa e da Corte a Lisboa. O comportamento dos deputados às Cortes Constituintes face ao Brasil, veio depois também a provocar a proclamação da sua Independência.

Chegada da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro em 7 de Março de 1808
1999, Óleo sobre tela, 609 x 914 milímetros – colecção particular

Quadro de **Geoffrey Hunt** (n. 1948), esteve em exibição no Museu Histórico Nacional e no Museu Imperial do Brasil. O Príncipe Regente D. João, a Rainha D. Maria II e a Corte embarcaram para o Brasil no dia 27 de Novembro de 1807, devido à 1.ª Invasão Francesa. A frota só se fará ao mar no dia 29.

Descrição:

O quadro representa, no centro, a nau *Príncipe Real*, onde tinham viajado a Rainha D. Maria I, o Príncipe Regente e os seus dois filhos, os infantes D. Pedro e D. Miguel, e o infante espanhol, D. Pedro Carlos de Bourbon, no momento em que acaba de fundear, usando a sua caranguejola, vendo-se o estandarte real a flutuar no mastro principal. Os pequenos botes ao redor da nau transportam personagens que não quiseram deixar de cumprimentar imediatamente a família real, já que o desembarque só se realizou no dia seguinte. Do lado esquerdo está a nau britânica *Marlborough*, que se encontrava na baía, a disparar uma salva, com a guarnição colocada nas vergas.

Do lado direito pode ver-se a nau *Afonso de Albuquerque*, que tinha transportado a princesa Carlota Joaquina e quatro das suas seis filhas, a começar a ferrar as velas preparando-se para entrar no vento e fundear. Atrás está a *Medusa*, que tinha transportado o ainda secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, António de Araújo de Azevedo, futuro conde da Barca, e a fragata *Urânia*, que escoltou o Príncipe Regente durante toda a viagem. Ao lado destas, a nau britânica *Bedford*, que tinha acompanhado a frota portuguesa desde as Canárias.

Mais à direita, na linha de costa o fumo branco representa a salva do forte de *Villegaignon*, que já não existe, vendo-se também - da esquerda para a direita - a costa de Niterói, a entrada da baía do Rio de Janeiro e o Pão de Açucar.

BRASIL E AMÉRICA
Brasil - A vinda da Família Real para o Brasil
Última atualização em 03/01/2008 18:16:11

O mar, destino e fonte de riquezas para o Império Português. Em novembro de 1807, parecia a única saída para o comandante do pequeno país, pressionado pelas duas maiores potências da época.

De um lado, Napoleão. O imperador dos franceses estendia seus domínios em uma guerra pelo continente europeu. Derrubou monarquias e conquistou regiões onde hoje ficam a Bélgica, a Holanda, a Alemanha, a Itália e a Espanha.

“Temos que considerar que, naquele período, Napoleão tinha humilhado as principais monarquias européias e o príncipe regente Dom João percebia que, se Napoleão ocupasse Portugal, evidente que sofreria uma humilhação e seria preso”, explica o professor de história em Londres, Francisco

Bethencourt.

Do outro lado, a Inglaterra, parceira comercial e militar de Portugal havia 500 anos. A Revolução Industrial ganhava um ritmo intenso nas fábricas inglesas, com mais empregos e máquinas que precisavam de muitas matérias-primas, entre elas, o algodão brasileiro. Para prejudicar este crescimento, Napoleão decretou, em novembro de 1806, o bloqueio continental. Os reinos da Europa deveriam fechar seus portos para navios britânicos.

Em Londres, o rei Jorge III tinha uma doença que causava surtos de demência, mas o sistema de governo já era parlamentarista. Em Lisboa, Dona Maria I estava louca. E quem tomava as decisões era o príncipe regente, Dom João, na época com 40 anos. No Palácio de Queluz, moravam a mulher dele, a espanhola Carlota Joaquina, e os oito filhos do casal.

Dom João preferia ficar a 50 quilômetros de distância. Seu refúgio favorito era o Palácio de Mafra. Cerca de 45 mil homens trabalharam na construção. O ouro do Brasil que chegava em arcas, às burras, transformou um simples convento em um palácio com 5,2 mil janelas e portas, uma basílica e uma biblioteca, com 40 mil obras. Neste cenário, era preciso escolher: ficar e enfrentar o exército francês que se aproximava ou ir para o Brasil. A política portuguesa até este momento estava em cima dos altos muros de Mafra.

A opção pela neutralidade não evitou o dilema que exigia uma solução rápida. No Palácio de Mafra, Dom João ouvia os conselheiros que desejavam uma aliança com a França, mas ele também recebia ministros que defendiam os interesses da tradicional amizade com a Inglaterra. No trono, Dom João hesitava, não dava uma resposta definitiva.

“Havia que responder a desafios políticos imensos. E esses desafios eram da ordem planetária. Quer dizer, não era uma questão da Espanha, de Portugal, da Inglaterra ou do Brasil. Era uma questão que importava ao mundo inteiro”, enfatiza o professor de história Joaquim Romero, da Universidade de Coimbra.

“O que o governo francês exigia? A ruptura de Portugal com a Inglaterra. Mas, obviamente, Portugal não poderia romper com a Inglaterra simplesmente porque havia o dado político de que a Inglaterra controlava os mares”, explica o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arno Wheling.

O maior símbolo deste poder, era um navio de guerra ancorado no sul da Inglaterra. Até hoje, o navio Vitória, em todos os detalhes, lembra a batalha de Trafalgar, na costa da Espanha, em 1805. Os ingleses venceram a frota inimiga que tinha embarcações francesas e espanholas juntas. Napoleão desistiu de confrontos no mar, depois da batalha que envolveu 60 navios.

Livres caminhos nos oceanos eram a alma do império luso, que, como as figuras em uma carruagem, tinham traços orientais, africanos, europeus e americanos. A transferência da sede do império para o Brasil não era uma idéia nova. Essa idéia ocorria sempre nos momentos de crise, quando a corte portuguesa se sentia fragilizada perante uma situação de confronto ou de perigo na Europa”, observa a diretora do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Maria de Lourdes Vianna.

Mas em 26 de novembro de 1807, os portugueses já sentiam a angústia do abandono. Dom João, nesta mesma data, publica um decreto declarando:

" Tenho procurado por todos os meios possíveis conservar a neutralidade de que até agora tem gozado os meus fiéis e amados vassalos e apesar de ter exaurido o meu Real Erário, e de todos os sacrifícios a que me tenho sujeitado, chegando ao excesso de fechar os portos dos meus reinos aos vassalos do meu antigo e leal aliado, o rei da Grã-Bretanha , expondo o comércio dos meus vassalos a total ruína, e a sofrer por este motivo grave prejuízo nos rendimentos de minha coroa. Vejo que pelo interior do meu reino marcham tropas do imperador dos franceses e rei da Itália , a quem eu me havia unido no continente, na persuasão de não ser mais inquietado (...) e querendo evitar as funestas conseqüências que se podem seguir de uma defesa, que seria mais nociva que proveitosa, servindo só de derramar sangue em prejuízo da humanidade, (...) tenho resolvido, em benefício dos mesmos meus vassalos, passar com a rainha minha senhora e mãe, e com toda a real família, para os estados da América , e estabelecer-me na Cidade do Rio de Janeiro até a paz geral."

No Rio de Janeiro, o vice-rei, Conde dos Arcos, corria com os preparativos para abrigar a Família Real e toda a comitiva. Desta vez, os rumores, dos dois lados do Atlântico, eram verdade.

Há exatamente 200 anos, a Família Real Portuguesa, acompanhada de ministros, padres e nobres embarcou em dezenas de navios rumo ao Brasil. Foi uma saída tumultuada, com carruagens abarrotadas de roupas, pratarias, louças.

Os portugueses ficaram sem seus principais governantes, sem dinheiro e com os inimigos franceses na porta de casa.

Lisboa, uma cidade cercada. Por terra, o exército francês, comandado pelo general Junot, vinha da Espanha. Mais dois ou três dias, chegaria à capital. Pelo mar, nove navios de guerra que saíram do Porto de Plymouth, no sudoeste da Inglaterra, bloqueavam a foz do Rio Tejo.

Dom João mandava diamantes para Napoleão, tentava negociar.

E, com a Inglaterra firmava acordos, assumia compromissos comerciais. Em uma convenção secreta, em Londres, em 22 de outubro de 1807, ficou acertado que Portugal declararia guerra contra a Inglaterra. Foi uma declaração para francês ver. Uma tentativa de adiar o avanço das tropas de Napoleão na Península Ibérica. O principal objetivo era evitar que as colônias e os navios portugueses caíssem nas mãos dos franceses. E, se Dom João não fizesse o que estava combinado, ou seja, ir para o Brasil, um plano inglês já estava pronto. “A frota inglesa estava pronta para bombardear o porto se Dom João não fosse para o Brasil”, conta o pesquisador Patrick Wilken.

O jornalista e pesquisador também descobriu em arquivos ingleses um plano de invasão do Brasil. Ele conta que o plano estava pronto desde 1805: 10 mil soldados ingleses iriam em várias embarcações direto para o Rio de Janeiro. Outra esquadra levaria a Corte Portuguesa para o mesmo destino. Era esperado um desembarque sem hostilidades. O documento do Ministério das Relações Exteriores da Inglaterra não devia ser divulgado.

Mas o ministro George Canning mandava os últimos avisos nas cartas: “Nossa frota está pronta agora, como já estava no ano passado, para escoltar a Corte Portuguesa na sábia decisão de ir para o Brasil.”

Em Lisboa, a movimentação no porto era mais intensa a cada dia. Carruagens, arcas e caixotes cheios de louças, documentos, a baixela real e mais tesouros. Centros de mesa, jóias e metade de todo o dinheiro que circulava no país.

As marcas nas paredes do Palácio de Mafra lembram quadros que foram para o Brasil. Quanto tempo antes tinham começado estes preparativos? “Cerca de um ano, talvez, que se começou a pensar nesses preparativos. Essa fuga acelerada não pode ter existido, porque a esquadra levava, entre várias coisas, nove carruagens. Ora, uma carruagem ou nove carruagens não se metem dentro de um navio da época em 24 horas”, explica o diretor do Museu da Marinha de Portugal, José Rodrigues.

Do Palácio de Queluz, saiu a carruagem da rainha. Dona Maria I, a Louca, teria dito para o cocheiro: “Não corra tanto, vão pensar que estamos a fugir.”

Naquele 27 de novembro, amanheceu chovendo em Lisboa, e as carruagens tiveram dificuldade para atravessar as ruas cheias de lama até o Cais de Belém, onde tinham poucos navios para tantos passageiros. Foi um grande tumulto, com caixas e bagagens para todos os lados. No fim, embarcaram a Família Real, com os nobres, os ministros, os juízes, alguns padres e soldados. Foi um dia de dolorosas separações para as famílias que, depois disso, ficaram divididas por um oceano.

“Há uma gravura (veja ao lado) que é particularmente significativa desse ponto de vista e que reflete e expressa a emoção de todos aqueles que viveram esse momento histórico. A começar pelo príncipe Dom João, cuja posição de mão, cujo semblante na gravura revela simultaneamente tristeza pela partida, mas a convicção de que se tratava de uma decisão absolutamente fundamental”, observa o diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa, Jorge Couto.

A viagem

Na madrugada do dia 27 de novembro de 1807 os membros da Família Real saíram de Lisboa.

Às duas horas da madrugada do dia 29 de novembro um vento favorável permitiu que a esquadra zarpasse rumo ao Brasil, o almirante Sidney Smith e Lorde Strangford foram a bordo do navio Príncipe Real e ofereceram hospedagem ao Príncipe Regente na nau capitânia da frota da escolta inglesa, Dom João recusou.

Às 9 horas da manhã do dia 30 de novembro o General Junot entra em Lisboa liderando um exército de 26 mil homens, tendo a frente um destacamento de cavalaria portuguesa que se rendeu e se puseram às suas ordens.

Enquanto isso as esquadras portuguesa e inglesa, são surpreendidas por uma forte tempestade que dispersa os navios.

Em 5 de dezembro de 1807 os navios se reagruparam. Em 8 de dezembro uma nova tempestade formada por ventos do sul dispersa novamente os navios.

Dia 10 de dezembro eles conseguem a muito custo se reagrupar novamente. Em 11 de dezembro a frota avista a Ilha da Madeira . No dia 18 de janeiro de 1808 chegam à costa da Bahia . No dia 22 são avistados pelos habitantes de da Cidade de Salvador os primeiros navios da esquadra.

Às quatro horas da tarde do dia 22 de janeiro de 1808 todos finalmente todos os navios da esquadra estavam fundeados e o Conde da Ponte, governador da Bahia vai à bordo do navio Príncipe Real. No dia 23 é a vez dos membros da da Câmara de irem à bordo do navio Príncipe Real.

A chegada

Às cinco horas da tarde do dia 24 a comitiva real desembarcou na Bahia, com imensa pompa e solenidade.

Em 7 de março de 1808 chegam ao Rio de Janeiro.

Às quatro horas da tarde do dia 8 de março de 1808 a família real desembarcou. Dom João desceu do navio Príncipe Real e passou para um bergantim (uma embarcação de pequeno porte) e assim pode aportar ao cais. Ao mesmo tempo Dona Carlota e os filhos desceram do navio Afonso d´Albuquerque, apenas Dona Maria permaneceu à bordo. Só no dia 10 de março Dom João volta ao navio Príncipe Real para acompanhar o desembarque da mãe; logo após seu desembarque a Rainha mãe Dona Maria I, ouviu um baque de uma portinhola e misturado com os ruídos de tiros de canhão e o alarido da população, ela se assustou e começou a gritar: "Não me matem! Não me matem!" Foi imediatamente recolhida ao Paço.

A família real portuguesa desembarcou no antigo cais do Largo do Paço na atual Praça XV no Rio de Janeiro, é bom lembrar, que o cais ficava onde hoje existe a construção em forma de pirâmide (Chafariz da Pirâmide), mais tarde toda essa parte foi aterrada levando o atual cais das barcas Rio-Niterói para mais longe. Em tempo, a esquadra fundeou na Ilha das Cobras.

A chegada ao Rio foi um alívio, apesar do calor do verão nos trópicos e dos odores fétidos da capital da colônia. A família real foi alojada em três prédios no centro da cidade, depois de colocar na rua o vice-rei, Marcos de Noronha e Brito, o conde dos Arcos, e todas as internas de um convento carmelita. Os demais agregados se espalharam pela cidade, em residências confiscadas da população. Era a política do “Ponha-se na Rua”, nome dado por picardia pelos cariocas, que se inspiraram nas iniciais “PR”, de Príncipe Regente (ou de “Prédio Roubado”, como diziam os mais irônicos), que eram gravadas na porta das casas requisitadas para os nobres portugueses.

O episódio é considerado até hoje uma das maiores epopéias da história lusitana. Ao fugir do avanço das tropas de Napoleão, a corte portuguesa conseguiu manter seu reinado e a posse de todas as colônias. Com a ajuda, não desinteressada, claro, dos ingleses. Um oficial inglês, Arthur Wellesley, mais tarde feito duque de Wellington, expulsaria os franceses da Península Ibérica, deixando em Lisboa um bem armado visconde de Beresford, que cuidou de rechaçar outras investidas napoleônicas. Em

1815, Wellington derrotaria Napoleão na famosa Batalha de Waterloo se valendo, além da sorte, segundo certos relatos militares, da experiência adquirida nas batalhas travadas antes em Portugal. Para o Brasil, a vinda da corte portuguesa teve enorme impacto positivo. O príncipe regente mandou abrir os portos brasileiros ao comércio internacional e apressou a vinda de imigrantes. Liberou a circulação de moedas, criou o Banco do Brasil e as faculdades de medicina e engenharia. Enfim, emancipou o país, que se libertaria oficialmente da metrópole em 1822.

Carlota Joaquina

Filha primogênita do rei da Espanha Carlos 4° e de sua esposa, D. Maria Luísa Teresa de Bourbon, Carlota Joaquina de Bourbon nasceu em Aranjuez, em 25 de abril de 1775. Com apenas dez anos, casou-se por procuração com o príncipe de Portugal D. João, em um acordo de aliança entre os dois países. Após a morte de seu irmão primogênito D. José, D. João tornou-se príncipe regente e depois rei de Portugal, com o nome de D. João 6°.

Descrita por muitos da época como uma pessoa feia, Carlota possuía um temperamento forte e voluntarioso, o que dificultava a sua relação com outras pessoas. Comenta-se que, durante a lua de mel, teria agredido o seu marido com uma dentada para que o casamento não fosse consumado. Extremamente ambiciosa, a princesa tentou logo dominar o seu marido, que não cedeu às suas vontades, e com isso ela acabou se afastando de sua presença.

Com a doença de D. Maria 1°, que se encontrava com problemas mentais, D. João se muda para o palácio de Mafra, onde governa o país como príncipe regente, enquanto sua esposa continua a viver no palácio de Queluz com a família real.

Carlota Joaquina foi mãe de nove filhos: Maria Teresa, Antonio Pio, Maria Isabel Francisca, Pedro de Bragança (futuro imperador do Brasil), Maria Francisca, Isabel Maria, Miguel I, Maria da Assunção, Ana de Jesus.

Embora, até o último momento tenha tentado continuar em Portugal, com a invasão das tropas napoleônicas ao país, em 1807, foi obrigada a embarcar para o Brasil com o marido, os filhos e o restante da corte portuguesa. No Rio de Janeiro, preferiu sempre morar longe do marido, em locais bucólicos, como Botafogo. Os dois apenas se reuniam em algumas solenidades públicas.

Se estava mal-humorada, mandava chicotear transeuntes que não se ajoelhavam quando ela passava com seu cortejo. Como representava constante perigo a autoridade do príncipe, o regente conseguia espiões para vigiá-la e a princesa subornava outros tantos para estar sempre abastecida de informações do que ocorria no Palácio Real e na Quinta da Boa Vista.

Um dos mais conhecidos espiões foi Francisco Gomes da Silva, apelidado de Chalaça, que serviu várias vezes de espião entre o rei e a rainha e vice-versa. Além de avisá-lo sobre as possíveis conspirações da rainha, estes informantes também contavam ao regente sobre as aventuras amorosas de sua mulher, que possuía vários amantes.

Por diversas vezes, Carlota Joaquina tentou tomar o poder de seu marido. Em 1805, ainda em Portugal, o regente descobriu uma conspiração tramada por sua esposa que, com o apoio de nobres e eclesiásticos, planejava tirar D. João do poder, declarando-o incapaz.

Como a Espanha, seu país natal, se encontrava em poder de Napoleão com toda a sua família prisioneira, Carlota concebeu um plano para governar as colônias espanholas, se transformando na rainha do Rio da Prata. O projeto fracassou, inclusive pela falta de interesse de D. João, que impediu que consumasse o golpe planejado.

Em 1816 foi aclamada rainha, após o falecimento de D. Maria 1ª em 1816. Com a revolução do Porto, em 1820, voltou para a Europa juntamente com a família real. Já em terras lusitanas, manifestou-se contra ao regime constitucional e por isso teve a cidadania portuguesa cassada.

Confinada na Quinta do Ramalhão, conspirou para a volta do absolutismo e, com a morte do marido, estimulou o filho, D. Miguel, a se apoderar da coroa, que lhe seria tirada posteriormente por D. Pedro I do Brasil (D. Pedro IV de Portugal). D. Carlota Joaquina morreu em Lisboa, no palácio de Queluz, em 7 de janeiro de 1830.